



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Termo de Referência¹

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

Processo Administrativo nº 6014/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição pontual de materiais de expediente e de consumo destinados ao Laboratório do Coren-SP Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
1	Lençol com elástico, para cama adulto, cor branca, sendo em tecido composto por algodão e poliéster, com personalização do logo em silk screen em duas cores. Tamanho 1,82m x 0,88m x 0,10m, com variação de 5% para mais ou para menos no tamanho. Garantia mínima do CDC.	459630	Unidade	10	39,00	390,00
2	Lençol comum sem elástico, para cama adulto, cor branca, sendo em tecido composto por algodão e poliéster com personalização do logo em silk screen em duas cores. Tamanho: 1,60m x 2,50m com variação de 5% para mais ou para menos no tamanho. Garantia mínima do CDC.	483489	Unidade	18	37,00	666,00

¹ TR modelo –

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6014/2023 (ID 165984) - Documento 293518.
Assinado eletronicamente por MARCELA MARTINS MEIRA KAMIYA, em 14/10/2024 14:22:08.



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3	Fronha adulto, cor branca, sendo em tecido composto por algodão e poliéster com personalização do logo em <i>silk screen</i> em duas cores. Tamanho: 70 x 50 cm, com variação de 5% para mais ou para menos no tamanho. Garantia mínima do CDC.	616890	Unidade	10	12,00	120,00
TOTAL DO GRUPO 1: R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais)						

GRUPO 2						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
4	Jaleco Feminino Branco, com gola tradicional, sem punho, tecido em tecido composto por gabardine, poliéster, com dois bolsos inferiores. Com bordado no peito e em uma das mangas, com logo institucional personalizado. Tamanho Pequeno – 5 unidades; Tamanho Médio – 5 unidades; Tamanho Grande – 5 unidades. Garantia mínima do CDC.	407524	Unidade	15	68,00	1.020,00
5	Jaleco Masculino Branco, com gola tradicional, sem punho, em tecido composto por gabardine e poliéster, com dois bolsos inferiores, com um bolso superior na parte do peito. Com bordado no peito e em uma das mangas do logo institucional personalizado. Tamanho Médio – 5 unidades; Tamanho Grande – 5 unidades; Tamanho Extra Grande - 5 unidades. Garantia mínima do CDC.	407524	Unidade	15	72,47	1.087,05
TOTAL DO GRUPO 2: R\$ 2.107,05 (dois mil, cento e sete reais e cinco centavos)						

GRUPO 3						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao->



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6014/2023 (ID 165984) - Documento 293518.
Assinado eletronicamente por MARCELA MARTINS MEIRA KAMIYA, em 14/10/2024 14:22:08.



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6	Cama-Berço/Berço hospitalar pediátrica. Com duas posições (elevação de cabeça e pernas pesada, no mínimo) ajustável através de manivelas. Com grades móveis, que permite abaixar e elevar, comprimento total do berço no máx.: 1,70m comprimento x 0,88m de altura, 0,62m largura, com rodízios e sistema de freios. Garantia mínima, 12 meses.	443198	Unidade	1	3.447,05	3.447,05
7	Colchão para Berço hospitalar, com medidas aproximadas de: 1,5 m comprimento X 70 cm de largura X 7 cm altura, revestido de material impermeável para limpeza. Tamanho compatível com o item 6. Garantia mínima 12 meses.	614665	Unidade	1	330,00	330,00
TOTAL DO GRUPO 3: R\$ 3.777,05 (três mil, setecentos e setenta e sete reais e cinco centavos)						

GRUPO 4						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
8	Kit curativo simples estéril descartável contendo pinça anatômica, pinça dente de rato, pinça kelly e campo para cobertura de mesa, esterilizados, para pronto uso, descartável, e campo em polipropileno, impermeável, com 40 x 40 cm - com variação de 10% para mais ou para menos- de comprimento. Validade mínima de 12 meses.	463350	Kit	30	53,90	1.617,00
9	Kit de sutura estéril descartável contendo campo cirúrgico fenestrado, impermeável, na medida de 40 x 40 cm - com variação de 10% para mais ou para menos; fenestra aproximada de 10x10 cm, com variação de 10% para mais ou para menos; fio cirúrgico mononylon preto agulhado; pinça dente de rato; porta agulhas Mayo Hegar; tesoura. Validade mínima de 12 meses.	463351	kit	30	93,90	2.817,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6014/2023 (ID 165984) - Documento 293518.
Assinado eletronicamente por MARCELA MARTINS MEIRA KAMIYA, em 14/10/2024 14:22:08.



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10	Kit descartável e estéril para inserção de DIU (Dispositivo Intrauterino), contendo espéculo vaginal, tesoura, pinça Pozzi, histerômetro, pinça Cheron, campo cirúrgico de mesa impermeável, 60 x 60 cm com variação de 10% para mais ou para menos, um par de luvas de látex estéril, compressas de gaze. Todos os itens embrulhados, que permita abertura com técnica asséptica. Garantia mínima do CDC.	256519	unidades	100	58,57	5.857,00
TOTAL GRUPO 4: R\$ 10.291,00 (dez mil, duzentos e noventa e um reais)						

GRUPO 5						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
11	Bomba de infusão para infusão parenteral e enteral, linear ou volumétrica, com possibilidade de programação do tempo, vazão e volume dos fluídos a serem administrativos ao paciente. As programações dos parâmetros para infusão devem ser de fácil acesso, podendo ser realizada na forma digital ou com uso de botões, além de apresentar display de fácil visualização, que garanta precisão e segurança na administração dos medicamentos. Presença de sistemas de alarmes para correção de detecção problemas na administração, como detecção de ar no equipo. Possuir fonte de alimentação integrada para uso com cabos de alimentação padrão que podem ser conectados à rede elétrica 110V. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses.	406368	Unidade	1	2.817,75	2.817,75
12	Equipo de solução enteral para bomba de infusão; compatível com a bomba (item 11). Validade mínima de 12 meses.	610250	Unidade	50	23,60	1.180,00

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13	Equipo de solução parenteral para bomba de infusão; compatível com a bomba (item 11). Validade mínima de 12 meses.	610307	Unidade	50	20,80	1.040,00
TOTAL DO GRUPO 5: R\$5.037,75 (cinco mil e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
14	Manequim bebê para treinamento de RCP, de corpo inteiro, detalhes anatômicos realísticos, manequim bebê para compressão, manobras de ressuscitação cardiopulmonar, com inclinação da cabeça, elevação do tórax visível nas ventilações. Possibilite realizar manobras para desobstrução de vias aéreas. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses.	482420	Unidade	4	1.497,35	5.989,40
VALOR TOTAL ITEM 14: R\$ 5.989,40 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
15	Desfibrilador externo automático (DEA) de treinamento que apresenta cenários pré-programados para simulação, com pás descartáveis e adesivas, idiomas selecionáveis, idioma em português, configuração flexível, para treinamento em adultos, com ou sem controle remoto, com ou sem iluminação sinalizadora, com botão liga/desliga e botão de choque. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses.	615483	Unidade	5	1.345,39	6.726,95
VALOR TOTAL ITEM 15 R\$ 6.726,95 (seis mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
------	-------------------	-------------------	-------------------	------	-------------------	---

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao>



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx

Coren-SP | Agiliza - Processo número 6014/2023 (ID 165984) - Documento 293518.
Assinado eletronicamente por MARCELA MARTINS MEIRA KAMIYA, em 14/10/2024 14:22:08.



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)						
16	Cabeça de Intubação Adulto para treino de habilidades e manejo de vias aéreas, praticar técnicas de sucção, ventilação e intubação, possibilidade de visualização da expansão pulmonar, intubação traqueal, inserção de máscara laríngea, dispositivos supraglóticos, com possibilidade de visualização lateral, com cavidade oral. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses.	482445	Unidade	1	2.831,88	2.831,88
VALOR TOTAL: R\$2.831,88 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
17	Estetoscópio adulto e pediátrico para auscultar pacientes de qualquer idade, permite auscultar adulto e pediátrico, com diafragma, capta sons de altas e baixas frequências, apresenta olivas de fácil limpeza, com diafragma adulto e diafragma pediátrico, com olivas de reserva extra para troca. Garantia mínima de 06 meses.	609094	Unidade	4	275,00	1.100,00
VALOR TOTAL: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
18	Laringoscópio Adulto, com lâminas curvas, no mínimo três tamanhos diferentes adulto. Garantia mínima 12 meses.	470352	kit	2	750,00	1.500,00

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

VALOR TOTAL: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
19	Suporte de soro com rodas, altura regulável, com rodas e com ganchos. Altura regulável. Garantia mínima de 06 meses.	434686	Unidade	2	300,00	600,00
VALOR TOTAL: R\$ 600,00 (seiscentos reais)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
20	Banco giratório redondo com rodízios, altura regulável, com assento de diâmetro mínimo de 28,5 cm, altura mínima de 42cm; Garantia mínima de 12 meses.	405821	Unidade	2	463,20	926,40
VALOR TOTAL: 926,40 (novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
21	Refletor auxiliar com haste (foco de luz), com lâmpada, luz fria e branca, para iluminar o campo, possibilitando direcionar o foco de luz, regulagem de altura, fio para alimentação, de no mínimo 60 cm, 110 V, com botão liga/desliga, tripé ou quadripé com rodízios. Garantia mínima de 12 meses.	482046	Unidade	1	928,84	928,84
VALOR TOTAL: R\$928,84 (novecentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos)						

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
22	Lixeira hospitalar branca 50 litros, com pedal, cor branca, polipropileno, Padrão quadrado. Garantia mínima 03 meses.	468291	Unidade	3	170,66	511,98
VALOR TOTAL: R\$ 511,98 (quinhentos e onze reais e noventa e oito centavos)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
23	Rack semiaberto, carrinho para computador, em chapa de aço ou metal, pintura preta, com gaveta para teclado e mouse, prateleira para CPU, com porta e fechadura, com 4 a 6 rodinhas/rodízios. Garantia mínima de 12 meses.	458361	Unidade	2	999,90	1.999,80
VALOR TOTAL: 1.999,80 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
24	Cortinas hospitalares em 2 peças de 2,50m largura X 2,03m altura cada. Cortina confeccionada em vinil na cor azul, tela superior com 60 cm de altura, tirante superior de 1,50cm de altura, trilhos brancos. Com serviço de instalação incluso. Garantia mínima do CDC.	5819 (catser)	Unidade	2	2.910,00	5820,00
VALOR TOTAL: R\$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais)						

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
25	Simulador da região do abdômen e pelve feminina para treinamentos e práticas de exames ginecológicos, palpação do útero e parede abdominal pélvica, exame da região pélvica e vagina, inserção e remoção de dispositivo intrauterino (DIU), permita observação do útero, ovário, trompas de forma realista. Permita visualização da estrutura interna da vagina com uso de espéculo, manipulação pélvica bimanual, pele macia. Exibição de úteros saudáveis e patológicos (mínimo 05 modelos com anormalidades). Acompanhe diversos modelos de úteros saudáveis e patológicos, modelos de colos de úteros (saudáveis e patológicos), útero para colocação de DIU que permita visualização, bolsa de transporte. Garantia de 12 meses, com manual em português.	472259	Unidade	2	7.035,00	14.070,00
VALOR TOTAL: R\$ 14.070,00 (quatorze mil e setenta reais)						

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
26	Simulador para treinamento de DIU (Dispositivo Intrauterino), representando o órgão genital feminino, com exibição coronal de útero, corpo, fundo de útero e endométrio. Parte anterior que permita visualização do processo de colocação e remoção de DIU. Garantia de 12 meses, com manual em português.	458712	Unidade	2	385,35	770,70
VALOR TOTAL R\$ 770,70 (setecentos e setenta reais e setenta centavos)						

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL(R\$)
27	Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre, para administração intrauterina, para contraceptivo de gravidez em mulheres, constituído de polietileno, pontas arredondadas, modelo apresentando superfície total de aproximadamente 380 mm2 de cobre, soma das áreas expostas é de aproximadamente 380mm2 de cobre, com fio e cilindros de cobre, com liberação de cobre, com tubo de inserção ou aplicação e êmbolo, haste em "T" radiopaca, em polietileno, braço flexíveis, fio duplo de polietileno branco atado ao bulbo em duas linhas para remoção do DIU. Garantia mínima conforme CDC.	612010	Unidade	20	82,35	1647,00
VALOR TOTAL: R\$1.647,00 (um mil, seiscentos e quarenta e sete reais)						

VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (ITENS 01 A 27): R\$ 67.811,80 (sessenta e sete mil, oitocentos e onze reais e oitenta centavos)

- Os valores unitários e totais são gerados automaticamente pela ferramenta Banco de Preços obtidos pelo cálculo da média no relatório do Mapa de Preços.
- A divisão em lotes foi realizada uma vez que cada lote corresponde a um seguimento, sendo possível a aquisição por empresas diversas visando, portanto, a maior competitividade e economicidade, não apresentando perda de economia de escala (súmula 247 TCU). Dessa forma, o Coren-SP optou pela divisão dos itens em lotes em razão da natureza.
- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- A execução contratual perdurará até a entrega dos produtos e recebimento definitivo, não havendo prazo específico para o contrato, apenas emissão da nota de empenho, conforme artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, ID 2, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Não se aplica;

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra

- 4.4. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.5. Não se aplica.

Subcontratação

- 4.6. Não se aplica.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Garantia da compra

4.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido nas especificações técnicas da Tabela do item 1.1 deste instrumento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo para entrega dos itens é de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

5.2. Todos os itens devem ser entregues no edifício Sede do Coren-SP, sito à Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista São Paulo/SP - CEP 01331-000.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. A contratada deverá substituir ou reparar os itens que não estiverem de acordo com as especificações ou que não funcionarem adequadamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.5. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.6. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IGBE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado do item pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 67.811,80 (sessenta e sete mil, oitocentos e onze reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão pelo Elemento de Despesa 6.2.2.1.1.33.90.30.099 - outros materiais de consumo.

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo, 09 de outubro de 2024.

INTEGRANTE REQUISITANTE	Catarina Terumi Abe Gerente Coren-SP Educação Matrícula 776	Catarina Terumi Abe Assinado de forma digital por Catarina Terumi Abe Dados: 2024.10.10 15:10:07 -03'00'
INTEGRANTE TÉCNICO	Gisele Cristina Gentil Enfermeira Coren-SP Educação Matrícula 765	Gisele Cristina Gentil Assinado de forma digital por Gisele Cristina Gentil Dados: 2024.10.10 15:05:55 -03'00'
INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	Marcela Meira Kamiya Assessora II GCC Matrícula 1226	Marcela Martins Meira Kamiya Assinado de forma digital por Marcela Martins Meira Kamiya Dados: 2024.10.14 08:12:26 -03'00'
	Andrea Zumbini Paulo Gerente GCC Matrícula 1232	Andrea Zumbini Paulo Assinado de forma digital por Andrea Zumbini Paulo Dados: 2024.10.14 11:22:07 -03'00'

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta/tr_contratacao_direta_compras_lei_14-133_dez-23.docx